

O (D)ESCREVER DA LÍNGUA NA NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, DE ATALIBA T. CASTILHO¹

Agnaldo Almeida

Palavras iniciais

Definida por Auroux (2009, p. 65) como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, a gramatização é uma “transferência de tecnologia de uma língua[-fonte] para outras línguas[-alvos], transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla” (AUROUX, 2009, p. 76). Naquilo que estamos denominando de *Gramatização Brasileira Contemporânea do Português* (ALMEIDA, 2019), é incontestável a envergadura do trabalho docente e de pesquisador na área de Letras e Linguística de Ataliba Teixeira de Castilho.² Notadamente, destacam-se o levantamento, o estudo e a descrição do “português culto falado no Brasil”, seu grande objeto de análise desde a década de 1960, em projetos individuais e coletivos, como o Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC), o Projeto de Gramática do Português Culto Falado no Brasil e o Projeto para a História do Português Brasileiro.

Pautando-se em fatos e acontecimentos políticos, institucionais, culturais e linguísticos, Guimarães (1996, 2004) propõe a divisão dos estudos sobre a língua(gem) no Brasil em quatro momentos – primeiro, do início da colonização à primeira metade do século XIX, quando emergem, com notoriedade, as gramáticas

¹ Este texto é um recorte da discussão promovida em nossa tese de doutoramento, *Autoria e movimentos de sentidos nas gramáticas contemporâneas do português*, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gérias, sob orientação da Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Com graduação em Letras Clássicas (1956-1959), especialização em Filologia Românica (1960) e doutorado em Linguística (1961-1966) pela Universidade de São Paulo, Castilho é um dos linguistas mais respeitados do Brasil. É livre-docente em Filologia e Linguística Portuguesa (1993) e tem oito estágios de pós-doutoramento em universidades dos Estados Unidos, da Itália e da França, entre os anos de 1981 a 2008.

brasileiras (escritas *por* e *para* brasileiros); segundo, da segunda metade do século XIX ao final dos anos de 1930, quando são fundadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; terceiro, do final da década de 1930 até meados da década de 1960, quando a Linguística é institucionalizada; quarto, do anos de 1960 aos dias de hoje –, que acompanham “de um lado movimentos dos estudos de linguagem no mundo e de outro respondem a questões específicas das condições brasileiras e de sua realidade linguística” (GUIMARÃES, 2004, p. 42). Com seu grande poder de liderança, Castilho, fazendo parte dos dois último períodos arrolados, esteve presente no planejamento, delimitação e fundação de algumas das mais importantes associações da área de Letras e Linguística do país. A título de exemplo, em 1967, no *I Seminário de Linguística de Marília*, ele propôs a criação da Associação Brasileira de Linguística (Abralín), fundada dois anos depois. Contribuiu também para a fundação do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), ocupando a primeira presidência, de 1969 a 1971. Além disso, é presidente de honra da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (Alfal).

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, interior de São Paulo, de 1961 a 1975, Castilho foi professor de Morfologia, Fonologia, Sintaxe e Linguística histórica do português. Lá, em 1961, fundou a *Revista Alfa*, objetivando a circulação dos trabalhos de nível universitário em Linguística e Literatura. Em 1969, começou a desenvolver e a coordenar a pesquisa *Documentação e análise do português culto falado em São Paulo*. Na Universidade de Campinas (Unicamp), entre 1975 e 1991, lecionou na graduação e na pós-graduação, orientando diversos estudantes. Já na Universidade de São Paulo (USP), onde defendeu a tese *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*, em 1966, Castilho trabalhou de 1992 a 2007, quando foi aposentado compulsoriamente. Entretanto, continua, atualmente, a ocupar as posições de professor e de pesquisador da USP, tanto na graduação como na pós-graduação, de forma voluntária.

No que se refere à sua vasta produção bibliográfica, Castilho tem mais de 50 artigos publicados em periódicos, mais de 60 capítulos de livros, além das obras *Nova gramática do português brasileiro* (2010) e *Pequena gramática do português brasileiro* (2012), esta em coautoria com Vanda Elias, além da organização de parte

dos volumes da *Gramática do português falado* (vol. I, 1990; vol. III, 1993; vol. IV, 1996) e da *Gramática do português culto falado no Brasil* (vol. I, 2008). Dentre seus textos sobre o (ensino do) português falado, podemos citar: *A linguagem falada culta na cidade São Paulo* (vol. I, 1986; vol. 2, 1987), *Português culto falado no Brasil* (1989), *A língua falada no ensino de português* (1998); e sobre a história do português brasileiro destaca-se a série de doze volumes do *História do português brasileiro*, organizada por ele e vários outros estudiosos.

Filiando-nos, portanto, à Análise de Discurso, que sustenta a posição de que não há sentido sem interpretação e de que os sujeitos, inscritos em uma determinada conjuntura, ao interpretar, ao produzir determinados gestos de interpretação sobre um fato ou acontecimento, significam-se (ORLANDI, 2012), e à História das Ideias Linguísticas, para a qual a língua e o conhecimento linguístico sobre ela se constroem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2013), neste artigo, é nosso objetivo compreender os gestos de interpretação de Ataliba Teixeira de Castilho, enquanto autor-gramático, materializados na *Nova gramática do português brasileiro* (2010), ao filiar-se à *Teoria Mutissistêmica*, de orientação funcionalista. Para tanto, em um primeiro momento, discutimos o percurso de Castilho pelas veredas dos estudos linguísticos, para, assim, chegarmos à análise da *Nova gramática do português brasileiro*. Passemos, pois, a ele.

Pela descrição e incorporação do português falado ao ensino de gramática

O momento atual de ensino da Língua Portuguesa é de grande perplexidade. Os alunos de 1º e 2º graus não procedem uniformemente de uma mesma classe social. A Universidade não está preparando professores para as novas realidades do ensino. A Linguística brasileira estendeu extraordinariamente suas áreas de atuação, comprometeu nossas certezas nas lições da Gramática Tradicional, e embora apresente sugestões muito estimulantes, ainda não produziu obras de conjunto, capazes de tomar o lugar dos trabalhos criticados. Finalmente, deteriorou-se a carreira do magistério, e o Estado nem sempre consegue acompanhar a rápida expansão das cidades, provendo-as do pessoal e do equipamento necessário ao ensino (CASTILHO, 1990, p. 103).

Este é o enunciado de abertura do texto “Português falado e ensino da gramática”, de Castilho (1990). Nele, o autor trata do que denomina “crises do ensino da língua portuguesa” (distinguindo a crise social, a crise científica e a crise do magistério) e retoma algumas propostas de solução que circula(va)m socialmente, como o retorno do ensino de latim nas escolas, a alteração radical do currículo dos cursos de Letras, o ensino centrado no padrão escrito culto etc. Feito esse percurso, o autor apresenta uma concepção pedagógica sobre a *língua* e a *gramática* e defende a incorporação da *língua falada ao ensino de gramática*.

Resumidamente, para ele, a “crise social” diz respeito às mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava com rápido processo de urbanização e seus reflexos no ensino formal, o crescimento dos centros urbanos e a entrada de estudantes de diferentes classes sociais na escola, produzindo um grupo muito heterogêneo. A “crise científica” refere-se a uma mudança de paradigma científico na formação de professores. Os professores que estavam em sala de aula à época foram formados pela perspectiva formal (Estruturalismo e Gerativismo), com foco no enunciado (o produto). Naquele momento, porém, a reflexão linguística deslocava seu olhar para os processos (psicossociais) que constituem os enunciados. A linguagem passa a ser entendida como um fenômeno heterogêneo, “como um conjunto de usos, cujas condições de produção não podem ser descoladas da análise de seu produto, que é o enunciado”. Por fim, a “crise do magistério”, relacionada às anteriores, centra-se na desvalorização da docência, construída pela má formação docente, pela baixa remuneração, pelos materiais didáticos repetitivos e que supõem uma uniformidade entre o alunado.

Dessa importante discussão, restringir-nos-emos ao forte posicionamento de Castilho sobre a inclusão do estudo da língua falada nas aulas de língua portuguesa/gramática. Para ele, esse estudo “poderá renovar o interesse pela gramática, oferecendo ao mesmo tempo respostas adequadas às atuais incertezas sobre o que se espera do professor de Português”. A incorporação da língua falada, para o linguista, deveria ser realizada em três momentos: “(1) Análise pragmática da língua falada. (2) Reflexões sobre o texto falado e o texto escrito: processos de constituição; unidades. (3) Análise gramatical: perspectivas funcionais e formais sobre a sentença e a palavra” (CASTILHO, 1990, p. 122). O “movimento” parte da

conversação em si (gravação de fala dos alunos), passa pela análise das diferentes materialidades do texto oral e do texto escrito para, somente depois, tomar a gramática como objeto de análise.

Retrocedendo um pouco mais no tempo, a conjuntura dos anos 1970 e 1980 favoreceu a “eclosão de um movimento científico”, diz Castilho. Esse período é marcado pela “crescente preocupação para que dispuséssemos de bons dicionários e de boas gramáticas, mais conformes ao uso brasileiro do português” (CASTILHO, 2004, p. 70-71). Diferentemente dos trabalhos filológicos e gramaticais que, geralmente, são produzidos por um ou poucos sujeitos, do final da década 1960 em diante, assistimos à germinação e ao desenvolvimento de diferentes projetos coletivos de pesquisa sobre a língua portuguesa do Brasil, alguns de abrangência regional, outros, nacional. Dentre esses esforços coletivos, temos, por exemplo: o Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciado em 1972 e atualmente denominado: Programa de Estudos e Usos Linguísticos; e o Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC), que visou à constituição de um importante arquivo da língua brasileira culta falada, projeto esse que contou com a participação e o protagonismo de Castilho.³

Iniciado em 1968, o Projeto NURC objetivou documentar, descrever e refletir sobre o padrão linguístico dos falantes do português dos centros urbanos brasileiros, isto é, da “modalidade culta da língua falada do Brasil”. No *Simpósio do México*, em 1968, o professor da Universidade Federal da Bahia e delegado brasileiro junto ao *Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas* (Pilei), Néelson Rossi, apresentou uma proposta para integrar o referido projeto, obtendo sucesso. No Brasil, foram formados cinco grupos de pesquisadores em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, vinculados às universidades federais de cada estado e, no caso de São Paulo, às estaduais USP e Unicamp (essa equipe inicialmente foi coordenada por Nicolau Salum e, posteriormente, por Ataliba T. de Castilho e Dino Petri).

³ Segundo Petri (1981), O Projeto NURC é um desdobramento e uma extensão do *Proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, de autoria do Professor Juan M. L. Blanch, da Universidade Nacional Autónoma do México, que vinha sendo desenvolvido desde 1964 em Buenos Aires, Santiago do Chile, Lima, Caracas, Havana e outras cidades.

De acordo com o próprio Castilho (1989, p. 7),

De 1970 a 1978 as cinco equipes constituíram um valioso *corpus* do português falado, em que 2.356 informantes de formação universitária foram ouvidos a propósito de 20 temas, ao longo de 1.870 entrevistas, que totalizaram 1.570 horas e 40 minutos de gravações, em grande parte transcritas. A partir de 1977, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e comunicações em congressos começaram a ser produzidos pelas equipes, com base nos materiais coletados. Em 1985, reunidas em Campinas na XII Reunião Nacional, essas equipes resolveram compartilhar amostras do *corpus*, bem como dar início a uma série de publicações, para editar ou reeditar as pesquisas concluídas.

Constrói-se pelo Projeto NURC um imaginário de língua: “português culto falado no Brasil”, aquele falado por sujeitos urbanos escolarizados, isto é, falantes de formação universitária, que nasceram em centros urbanos com mais de um milhão de habitantes e com mais de cem anos, e que são filhos de pais igualmente nascidos nessas cidades. Sendo assim, uma vez constituído o arquivo NURC, no *II Encontro Nacional da Anpoll*, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987, Castilho propôs a elaboração de uma série de “gramáticas do português falado”, “uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil, tal como foi documentada em cinco capitais brasileiras”; “Uma descrição cuidadosa do Português do Brasil, a partir de um plano previamente estabelecido, a ser executado por equipes de pesquisadores experimentados, com fundamento em documentação recolhida numa forma controlada” (CASTILHO, 1991, p. 9).

No ano seguinte, deu-se início ao Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF), coordenado por Castilho e com o objetivo de realizar uma ampla descrição dos aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e textuais do português falado no Brasil. Com uma equipe de 32 pesquisadores de instituições de diversas partes do país, foram formados cinco grupos de trabalho: 1. Fonética e fonologia; 2. Morfologia derivacional e flexional; 3. Sintaxe das classes de palavras; 4. Sintaxe das relações gramaticais; e 5. Organização textual-interativa. De 1988 a 1998, foram realizados dez seminários plenos, dos quais os textos apresentados, debatidos e reformulados foram publicados em oito volumes. São eles:

Quadro 1: Publicação da *Gramática do Português Falado*.

Ano	Título	Organizador(es)
1990	<i>GPF, vol. I: A ordem</i>	Ataliba T. de Castilho
1992	<i>GPF, vol. II: Níveis de análise linguística</i>	Rodolfo Ilari
1993	<i>GPF, vol. III: As abordagens</i>	Ataliba T. de Castilho
1996	<i>GPF, vol. IV: Estudos descritivos</i>	Ataliba T. de Castilho e Margarida Basílio
1996	<i>GPF, vol. V: Convergências</i>	Mary Kato
1996	<i>GPF, vol. VI: Desenvolvimentos</i>	Ingedore Koch
1999	<i>GPF, vol. VII: Novos estudos</i>	Maria Helena de M. Neves
2002	<i>GPF, vol. VIII: Novos estudos descritivos</i>	Maria Bernadete Abaurre e Angela C. Rodrigues

Fonte: Elaboração nossa.

Diferentemente das gramáticas de orientação normativa e pedagógica publicadas até aquele momento, que descrevem a língua com base no padrão escrito literário, a *Gramática do português falado* não é voltada ao espaço escolar. É, antes de tudo, um conjunto de textos (ensaios) direcionado a pesquisadores (linguistas, em especial) e professores de língua portuguesa. Cada um dos oito volumes tem um tema específico e inclui textos de diversos autores filiados a diferentes perspectivas teóricas. Assim, o efeito de completude de descrição da língua comum às gramáticas normativas não é possível na *Gramática do português falado*. Uma outra preocupação do referido projeto é a diversidade de filiações teóricas dos pesquisadores envolvidos. Constatou-se, pois, que não era possível uma homogeneidade. A sintaxe, por exemplo, foi descrita e analisada tanto pela

perspectiva formal, seguindo o modelo da sintaxe gerativa chomskyana, quanto pela funcionalista, buscando uma aproximação da sintaxe com o discurso.⁴

Após esse breve caminho, passemos, pois, a analisar a *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Como será possível observar, centraremos nossas análises nos textos introdutórios do referido instrumento linguístico (AUROUX, 2009), com algumas incursões no “miolo” da gramática.

A Nova Gramática do Português Brasileiro

Inscrevendo-se em um longo percurso de reflexões e de estudos sobre o português culto falado no Brasil, como procuramos demonstrar acima, Ataliba Teixeira de Castilho publicou, em 2010, a *Nova gramática do português brasileiro* (NGPB) pela Editora Contexto. O entrelaçamento da institucionalização da Linguística, do fortalecimento dos estudos descritivos do português brasileiro e do trabalho de Castilho é destacado no prefácio da NGPB “Nova gramática do português brasileiro: tradição ou ruptura”, assinado por Rodolfo Ilari, linguista e docente da Universidade Estadual de Campinas.

Nas cinco páginas de seu texto, Ilari evidencia a importância da referida obra, que, para ele, traz um “título aparentemente tão banal”, mas que é uma obra “altamente inovadora”, distanciando-se das gramáticas tradicionais pelo arcabouço teórico, pela preocupação não normativa etc. De seu autor, afirma que ele “criou e sustentou com a determinação dos visionários alguns projetos coletivos de grande envergadura, recrutando por todo país os nomes mais representativos das novas áreas de estudo” (ILARI *apud* CASTILHO, 2014, p. 25-29).

O título da gramática, explica Castilho na Introdução, sinaliza que a língua portuguesa trazida pelos europeus no século XVI ao Brasil, no processo que chamamos de colonização político-linguística, distancia-se do português luso ao longo dos séculos, com novos contornos político-enunciativos, como diríamos da

⁴ A partir das discussões dos resultados do PGPB e da reelaboração de alguns textos por parte dos pesquisadores, no ano 2000 tem início o projeto *Gramática do português culto falado no Brasil*, sob a coordenação de Castilho, que resulta em sete volumes.

perspectiva discursiva. Trata-se, assim, da descrição do “português falado brasileiro”, em suas especificidades, da língua que representa a “identidade linguística dos brasileiros”. De acordo com o autor,

Esta Nova Gramática do português brasileiro agrega um certificado a mais à nossa identidade. Não se trata de um certificado qualquer, pois é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro. Faltava clarificar a gramática do português brasileiro, para dar status científico à sua percepção. É o que tento fazer neste livro, fruto de cinquenta anos de pesquisa, desenvolvidas nas três universidades oficiais paulistas (Unesp/Marília, Unicamp, USP) e nas universidades do exterior em que realizei estágio de pós-doutorado (CASTILHO, 2014, p. 31).

Dessas palavras, é importante destacar o efeito do trabalho de pesquisa do linguista sobre o trabalho de autoria do gramático, o que também é visto em gramáticas como a *Gramática de Usos do Português* (2000), de Maria Helena de Moura Neves, e a *Gramática do português brasileiro* (2010), de Mário Alberto Perini. Daí depreendemos que o trabalho do (linguista-)gramático de descrever a língua em um manual de referência é subordinado, ou melhor, é caucionado pelo trabalho do linguista(-pesquisador), sujeito responsável pelo estudo científico de descrição da estrutura e do funcionamento da língua. Veja-se que são duas posições discursivas que podem ser ocupadas por um mesmo sujeito, como é o caso do próprio Castilho. Relacionada a esse deslocamento está a possibilidade de “clarificar a gramática do português brasileiro” e conferir-lhe um estatuto científico. Os estudos da Linguística, em suas diferentes filiações teórico-metodológicas, funcionam como a base (necessária) à descrição gramatical.

Um dos primeiros indícios da especificidade da NGPB é a sua estruturação, dividida em 15 capítulos: 1. O que se entende por língua e por gramática; 2. Os sistemas linguísticos; 3. História do português brasileiro; 4. Diversidade do português brasileiro; 5. A conversação e o texto; 6. Primeira abordagem da sentença; 7. Estrutura funcional da sentença; 8. Minissentença e sentença simples: tipologias; 9. A sentença complexa e sua tipologia; 10. O sintagma verbal; 11. O sintagma Nominal; 12. O sintagma adjetival; 13. O sintagma adverbial; 14. O

sintagma preposicional; 15. Algumas generalizações sobre a gramática do português brasileiro. A reflexão gramatical. A leitura do sumário permite-nos constatar que a organização da NGPB é estabelecida pelo estudo da sentença (capítulos 6 a 9), que precede o dos sintagmas (capítulos 10 a 14), diferentemente da divisão proposta pela gramática normativa.

O efeito que o autor busca produzir em relação à tradição gramatical não é, adiantamos, de ruptura. Castilho inscreve seu fazer e dizer na tradição/memória gramatical brasileira, buscando, no nível da formulação, o efeito de *distanciamento* da gramática tradicional, assim como o fazem Neves (2000) e Perini (2010) nas obras acima mencionadas. Posição contrária é assumida por Evanildo Bechara, em sua *Moderna gramática portuguesa* (2015), e Amini Haury, em sua *Gramática da língua portuguesa padrão* (2015), analisadas em trabalhos anteriores (ALMEIDA, 2018, 2020). Para Bechara (2015), por exemplo, é possível “atualizar” a teoria gramatical utilizando-se dos estudos e nomenclaturas da Linguística, sem misturar os objetivos das duas disciplinas. Nesse sentido, a Linguística é significada como um saber a mais, “novo”, que se acrescenta à descrição gramatical, funcionando em termos de atualização.

Assim como Neves (2011) e Perini (2010), na *Gramática de usos do português* e na *Gramática do português brasileiro*, respectivamente, Castilho afirma que a NGPB não é uma “gramática escolar usual”, arrolando argumentos que as “distanciam” e que são enumerados a seguir, no quadro 2.

Quadro 2: Distinção estabelecida por Ataliba T. de Castilho entre a “gramática escolar usual” e a NGPB.

Gramática escolar usual	NGPB
Gramática-lista, com muitas classificações	Gramática em que se vê a língua (os processos criativos do PB)
Falta de uma teoria ou de uma consistência teórica	Aporte teórico bem definido
Trabalho solitário, fundamentado na língua literária	Apoio em trabalhos e projetos coletivos, textos multiautorais sobre o português brasileiro

Adoção do ritmo expositivo “estilo revelação”, expondo o que é certo e errado	Texto expositivo, seguido de outro indagativo, imaginariamente formulado pelo gramático da posição de leitor
Gramática de referência	Gramática de referência “enriquecida” com os estudos linguísticos
Destinada ao ensino escolar	Destinada a professores do ensino médio, alunos do curso superior, professores universitários de Linguística Geral e de Linguística do Português Brasileiro

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com Castilho (2014, p. 31), a NGPB não é uma gramática-lista, “cheia de classificações, em que não se vê a língua”, mas, antes, uma gramática na qual se procura “olhar o que se esconde por trás de classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro que conduziram aos produtos listados”. Como se observa, o enfoque do autor recai sobre o que ele chama de “processos criativos”, não se limitando aos produtos, em si, resultantes desses processos. Essa posição sustenta-se na teoria funcionalista da linguagem, para a qual os elementos da língua devem ser analisados e descritos a partir das funções que desempenham no sistema do qual fazem parte.

No capítulo 1, “O que se entende por língua e por gramática”, Castilho dedica-se à distinção dos tipos de gramática. A partir da compreensão do que é a *língua*, objeto das teorias linguísticas, o autor diferencia a *gramática descritiva*, que considera a língua como “um conjunto de produtos estruturados”; a *funcionalista(-cognitivista)*, como “um conjunto de processos estruturantes”; a *histórica*, como “um conjunto de produtos e processos em mudança”; e a *prescritiva* (normativa ou escolar), como “um conjunto de bons usos”. Como um modo de justificar a sua tomada de posição pela gramática funcionalista, Castilho discute princípios teórico-analíticos e aponta limites da gramática descritiva (formal) e da gramática prescritiva. Em resumo, a primeira, de natureza descritiva, é a gramática da língua como um conjunto de produtos (sons e sinais gráficos). Para Castilho (2014, p. 44), esse tipo de gramática interpreta a língua como uma estrutura homogênea composta por signos, identificados pelos contrastes estabelecidos entre eles, que são distribuídos hierarquicamente nos níveis fonológico, morfológico e gramatical.

O estudo da língua como uma estrutura, afirma o autor, não considera “o falante historicamente situado, pois o que interessa aqui é o enunciado que resulta da interação”, entendido como um “produto acabado, como um sistema que importa entrever por detrás dos diversos usos linguísticos concretos”. É uma concepção que ganha força com o estruturalismo saussuriano, que entende a língua como um objeto homogêneo e autônomo. Logo, o gramático deve descrever as regras que estruturam a língua, um construto teórico porque é independente do indivíduo e opera com um “objeto descontextualizado”.

Quanto à gramática prescritiva, um conjunto de bons usos, ela se preocupa somente com a variedade culta da língua ou padrão culto. Na escola, “acredita-se que a promoção da cidadania assenta no domínio do padrão privilegiado socialmente” (CASTILHO, 2014, p. 90). Castilho afirma que dois são os objetos da gramática prescritiva: o ensino da norma gramatical e o da ortografia, com base em uma variedade social considerada de maior prestígio, ou seja, a “norma objetiva” (ou o “padrão ideal”): aquela praticada pela classe socialmente prestigiada e que não está isenta de variação, mesmo que seja produzido um forte efeito de estabilização.

Já para a gramática funcionalista, a língua é um fenômeno heterogêneo, “uma atividade social por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro” (CASTILHO, 2014, p. 66). É um “somatório de usos concretos, historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado” (CASTILHO, 2014, p. 67). A Linguística deixa, então, de ser uma disciplina autônoma, estabelecendo relações com a Psicologia, a Semiologia, a Filosofia, a História, entre outras, afirma Castilho. Em suma, a gramática funcional “procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas” (CASTILHO, 2014, p. 68).

Nesse caminho, chegamos à afirmação de que a referida obra, diferentemente de grande parte das gramáticas normativas, não é uma gramática ateórica, visto que, para o autor, “nada poderemos fazer em matéria de pesquisa linguística se não dispusermos de alguma teoria, pois lidamos com um objeto

escondido em nossas mentes” (CASTILHO, 2014, p. 31). Essa postura, vale pontuar, é a mesma sustentada por Neves (2000) e por Perini (2010), ou melhor, pelos linguistas de um modo geral. Assim, para Castilho (2014, p. 32), “o objetivo das boas gramáticas é desvelar o conhecimento linguístico armazenado na mente dos falantes, desde o cidadão analfabeto até o escritor laureado”. Como se pode observar, a linguagem é significada como um sistema (mental) complexo, processual por natureza e dinâmico. Sendo a língua um “conjunto articulado de processos”, a teoria necessita “lidar” com seu dinamismo.

No caso da NGPB, a teoria basilar adotada pelo autor é a “*Teoria multissistêmica* (funcionalista-cognitivista)”, criada por ele, a partir de sua relação com diferentes aportes e autores da teoria funcionalista, que serve como uma “teoria guarda-chuva”. Essa é outra especificidade do dizer/fazer do gramático. O postulado básico da teoria multissistêmica é o de que:

Quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes. Isso ocorre com enorme rapidez, acionando quatro sistemas linguísticos, cada um deles configurado por um elenco de categorias: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Esses sistemas são articulados pelos princípios sociocognitivos que regem a conversação, a mais básica das atividades linguísticas (CASTILHO, 2014, p. 31-32).

Desse modo,

(1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua (p. 69).

Enquanto a gramática tradicional se centraria na descrição de um sistema apenas – o gramatical (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe) –, para Castilho, a descrição de um fenômeno de modo completo deve passar pelos quatro sistemas que constituem a língua: a gramática, o léxico, a semântica e o discurso, todos eles comandados pelo “dispositivo conversacional”, que ocupa o “centro das línguas”.

Segundo o autor, eles são autônomos uns em relação aos outros. Além disso, as categorias de um não determinam e não comandam as de outro, e as eventuais correspondências entre as categorias dos sistemas são tratadas como interfaces, coincidências. É esse, em resumo, o fundamento da teoria multissistêmica.

Outra especificidade atribuída à NGLP por seu autor é o fato de não se tratar de uma gramática que resulta do trabalho individual fundamentado na língua literária, visto que, para Castilho, que formula seu dizer da posição de linguista, as obras literárias não devem constituir o fundamento do gramático para descrição de uma língua. Sem negá-las ou excluí-las, o autor afirma que “as regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia” (CASTILHO, 2014, p. 32).

Dada a complexidade da língua, o trabalho solitário dá espaço ao trabalho por meio de projetos coletivos para a análise dos fatos da língua. Os esforços dos linguistas a partir da década de 1970 são destacados por Castilho, sobretudo em relação ao Projeto de Gramática do Português Falado, proposto e coordenado por ele em 1988. É nesse quadro de preocupações que a NGPB se inscreve. Nas palavras do autor, “Filtrei aqui as pesquisas das últimas três décadas a partir de uma ótica própria, propondo seguidamente ao leitor que se envolva nas pesquisas, transformando-se no linguista-gramático dele mesmo” (CASTILHO, 2014, p. 32).

Outro traço importante em sua gramática é o fato de o texto ser construído de forma a mostrar os resultados de pesquisas empreendidas por linguistas. As formulações do tipo: estudo(s) sobre X realizado(s) por Y mostra(m) que X se estrutura ou funciona de modo Z, como atestam os seguintes exemplos:

Foram elaborados vários estudos sobre as construções de tópico no português do Brasil [...]. Braga (1989) oferece uma série de explicações funcionais. Pontes (1987) dispõe o PB entre as línguas tanto de tópico quanto de sujeito proeminente. Essa explicação remete a duas tipologias distintas [...]. Eunice Pontes está dizendo que o PB ocupa uma posição intermediária entre esses dois extremos. Com isso a gramática do PB teria aberto espaço tanto para as construções de tópico-comentário quanto para as construções de sujeito-predicado (CASTILHO, 2014, p. 281, grifos nossos).

Na página seguinte, temos:

As correlações entre a construção de tópico e o sujeito, os argumentos internos e os adjuntos levaram Decat (1989) e Seabra (1994) a empreender estudos diacrônicos das construções de tópico.

Decat (1989: 114) investigou as pressões estruturais que levaram essas construções, em alguns casos, a serem reanalisadas 'como sujeito da sentença em que aparecem'.

Essa suposta mudança do tópico para o sujeito é favorecida pela estrutura [...].

Os dados de Decat (1989) apontam para um desaparecimento progressivo dos críticos correferentes, o que ocorre a partir do século XIX (CASTILHO, 2014, p. 282-283, grifos nossos).

Além disso, Castilho arrola uma série de textos após a exposição de determinados tópicos, como é o caso de “Leituras sobre gramática descritiva e estruturalismo linguístico” (2014, p. 59), em que são citadas obras de dezesseis autores brasileiros e estrangeiros, como Saussure, Sapir, Bloomfield, Câmara Jr., Borba, Martinet, Franchi etc. São sugeridas leituras sobre o “português falado brasileiro”, o “português brasileiro escrito”, as “propriedades discursivas da sentença” etc. Esse não é um procedimento adotado pelas gramáticas normativas, geralmente.

Quanto ao fato de não se tratar de uma gramática que adota, na exposição, um “estilo revelação”, diz Castilho (2014, p. 33): “O gramático se transforma numa espécie de Moisés que desce dos altos montes e revela aos povos estupefatos... o que está certo e o que está errado em sua linguagem. Também aqui me distanciei disso”. A “estratégia” utilizada pelo autor para produzir esse efeito de afastamento é a elaboração de um texto expositivo, no qual ele (o gramático) interpreta “os achados da ciência atual”, e de um texto indagativo em itálico, imaginariamente “falado” pelos leitores, a partir de perguntas que ele, o gramático, imagina que esses sujeitos formulariam. O objetivo é “transformar os leitores numa espécie de coautores, recusando que entre eles e a língua que praticam seja obrigatória a interposição de um intérprete, de uma espécie de despachante para problemas gramaticais”.

Sobre os dois últimos pontos elencados no quadro 3, o autor argumenta que a NGPB é uma obra de referência, a exemplo das outras quatro analisadas. Para ele, a oposição “linguista *versus* gramático”, “cultivada” nas décadas de 1960 e 1970, fase em que a Linguística se implantou no Brasil, teria sido superada pela pesquisa científica, sinalizando que: “Gramáticos aprimoram sua formação. Linguistas passaram a ocupar-se com a redação de gramáticas”. A obra em questão tem como público-alvo “os professores do ensino médio, os alunos do curso superior, os professores universitários de Linguística geral e de Linguística do português brasileiro, e as pessoas que se sintam atraídas pelo mistério das línguas naturais”, e materializa, segundo ele, a possibilidade de “como as pesquisas linguísticas, na verdade, aprofundaram e enriqueceram esses achados [da gramática tradicional], operando a partir de princípios e aplicando uma metodologia segura” (CASTILHO, 2014, p. 33).

Palavras finais

Seja da posição de (linguista-)gramático, caso de Castilho (2014), que se filia à *Teoria Multissistêmica*, de base funcionalista-cognitivista, assim como Neves (2011), que também parte dos postulados teórico-metodológicos das “correntes” funcionalistas, ou ainda Perini (2010), ao sustentar suas análises na Teoria gerativista chomiskyana, seja da posição de gramático(-tradicional), como Bechara (2015) e Haug (2015), para citar apenas os gramáticos e as gramáticas que comparecem a este texto, o que se constata é que nenhum desses sujeitos busca, na *Gramatização Contemporânea Brasileira do Português*, um rompimento com a tradição gramatical.

Eles a convocam, de uma forma ou de outra: para louvá-la, para incorporá-la ou, ao contrário, para questioná-la, para criticá-la... Assim, o que eles procuram, parece-nos, é produzir determinados efeitos de sentido a partir dessa memória discursiva (gramatical), na qual se encontram inscritos e pela qual são determinados (em maior ou menor grau). Esses efeitos são de diversas ordens e naturezas, como pudemos observar. Da posição de linguistas(-gramáticos),

procura-se produzir efeitos de “deslocamento” ou de “distanciamento” em relação ao modelo normativo de descrição da língua praticado pelos “gramáticos(-tradicionalis)”, sobretudo ao filiar-se a uma teoria consistente que embasa a definição de conceitos, a constituição e delimitação do *corpus* da língua a ser descrita, assim como a explicação dos fatos linguísticos, como demonstrou-nos a análise dos textos introdutórios da *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho.

Referências

ALMEIDA, A. Ensino de “norma culta” e ascensão social: deslocamentos possíveis. *In: GOMES, C. M.; REIS, M. S.; MARIANO, M. R. C. P. (org.). Práticas de ensino de língua portuguesa e leitura literária*. Aracaju: Criação e Edições Profletras, 2018. p. 191-205.

ALMEIDA, A. ALMEIDA, A. *Autoria e movimentos de sentidos nas gramáticas brasileiras contemporâneas do português*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ALMEIDA, A. Da proposta de uma gramática-“padrão” da língua portuguesa à elaboração de uma gramática da língua portuguesa “padrão” no Brasil. *In: SILVA, F. V.; ÁLVARES, L. M.; MORAIS, L. A. (org.). Discurso(s), identidade(s) e ensino*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 9-28.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CASTILHO, A. T. Apresentação. *In: CASTILHO, A. T. (org.). Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p. 7-9.

CASTILHO, A. T. Português falado e ensino da gramática. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 103-136, 1990.

CASTILHO, A. T. Apresentação do projeto de gramática do português falado. *In: CASTILHO, A. T. (org.). Gramática do português falado*. v. 1, 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p. 07-27.

CASTILHO, A. T. Gramática do português culto falado no Brasil: quadro descritivo e perspectivas teóricas. *Linguística*, v. 15/16, p. 69-96, 2004.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUIMARÃES, E. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

HAUY, A. B. *Gramática da língua portuguesa padrão*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

NEVES, M. E. *Gramática de usos do português*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PETRI, D. Subsídios para a história do Projeto NURC em São Paulo. In: SOUZA, A. C. M. et al. *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: Editora da USP, 1981. p. 289-295.